

Garibaldi quer mudar cobrança do ICMS de petróleo e energia

Para o parlamentar, votação da reforma tributária é ocasião ideal para corrigir injustiça contra os estados produtores.

Página 4



Waldemir Rodrigues

Luiz Otávio pede compensação a estado que produz minério

Senador defende adoção de mecanismos compensatórios durante a discussão da reforma tributária pelo Congresso.

Página 4



Jane de Araújo

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.739 - Brasília, terça-feira, 15 de julho de 2003

Plenário examina projeto que beneficia mulher trabalhadora

- Os senadores devem votar hoje projeto de lei da Câmara que restabelece o pagamento, pelas empresas, do salário-maternidade. Atualmente o benefício é pago pelo INSS. Conforme a proposta, a empresa será ressarcida ao recolher as contribuições incidentes na folha de salários

Página 5

CCJ discute intimação em processo legal

Na reunião de amanhã, às 16h, a Comissão de Constituição e Justiça avalia projeto que trata da intimação dos servidores que representem os estados em processos judiciais.

Página 3

Comissão vota incentivo à leitura no país

Projeto do senador José Sarney que institui a Política Nacional do Livro deverá ser votado hoje pelos integrantes da Comissão de Educação, na reunião marcada para as 10h.

Página 6



Waldemir Rodrigues

CPI DO BANESTADO

Relator na auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União sobre as operações de remessas de dólares ao exterior com as chamadas contas CC-5, o ministro Adylson Motta, do TCU, depõe hoje, às 10h, na CPI do Banestado (foto)

Página 3

Costa: reserva em Itabira foi subestimada

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou ontem estranheza com informação divulgada pela Companhia Vale do Rio Doce segundo a qual as reservas de minério de ferro no município de Itabira (MG) poderão ser exploradas até o ano de 2075. Ele lembrou que, à época de sua privatização, em 1997, a empresa mineradora divulgou que a exploração de ferro em Itabira terminaria em 2005.

– Hoje todos os jornais dizem que as reservas de Itabira são 60% maiores. Então avaliaram errado, mediram errado. Foi uma mentira. Quem vai responder por isso? – indagou, ressaltando que, para a economia da cidade mineira, a notícia sobre o real tamanho da reserva é muito positiva.

Hélio Costa asseverou que a Vale do Rio Doce foi vendida por um preço baixo demais. Criticou também as privatizações no setor de telecomunicações, que teriam resultado em desemprego.

BNDES

Respondendo a Leonel Pavan (PSDB-SC), Hélio Costa defendeu a atual política de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que abriu crédito de R\$ 1 bilhão para a Argentina. Segundo o senador, trata-se de estratégia para fomentar as importações do país vizinho, que, por causa da crise econômica, diminuiu a compra de produtos brasileiros.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu o aumento dos *royalties* pagos por empresas mineradoras. Leonel Pavan reafirmou sua crítica à liberação de recursos do BNDES para a Argentina.



Agenda

Salário-maternidade para gestantes

Na sessão de hoje, com início às 14h30, os senadores devem votar dois projetos de lei da Câmara em regime de urgência: o que restabelece o pagamento, pelas empresas, do benefício do salário-maternidade devido às empregadas gestantes e o que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

Empréstimo do Banco Mundial pode ser votado amanhã

A pauta de votação da sessão de amanhã, às 14h30, inclui projeto que solicita autorização para contratação de crédito de até US\$ 404 milhões junto ao Banco Mundial, referente ao segundo

empréstimo daquela instituição destinado ao ajuste do setor público. Os recursos, segundo o Ministério da Fazenda, passarão a compor as reservas externas do país.

Incentivo ao livro na pauta da Educação

Para votar, entre outros itens, projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) – foto – que institui a Política Nacional do Livro, a Comissão de Educação (CE) reúne-

se às 10h de hoje. O colegiado também deve votar renovações e concessões de rádios comunitárias. A comissão é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).



Comissão sobre desarmamento faz primeira reunião

A comissão mista especial criada para discutir a posse, o porte e a comercialização de armas e munições realiza hoje, às 17h, sua primeira reunião para instalação dos trabalhos.



O colegiado, que vai examinar todos os projetos sobre armas em tramitação no Congresso, deve votar os nomes escolhidos para a presidência, vice e relatoria da comissão.

Na CCJ, projeto sobre normas para intimação de procurador

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para votar projeto de autoria da Presidência da República e já aprovado pela Câmara dos Deputados, que trata da intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal em processos nos quais as entidades que representam sejam parte. A matéria recebeu parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

CPI ouve ministro do TCU

A Comissão Parlamentar de Inquérito do caso Banestado, que investiga a evasão de divisas do país, por meio das contas CC-5, se reúne a partir das 10h. Na reunião, será ouvido o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Adylson Martins Motta.

Câmara aproxima cidadão

Realiza-se amanhã, às 16h, no Salão Verde, o lançamento da campanha Escreva à Câmara dos Deputados, que vai disponibilizar, em todas as agências dos Correios do país, cartas pré-pagas para que os cidadãos possam enviar perguntas, sugestões e reclamações, gratuitamente, para a Casa ou diretamente aos deputados.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



DESENVOLVIMENTO Alberto Silva apresentou proposta ao ministro Ciro Gomes

Alberto Silva discute projeto para semi-árido

O desenvolvimento do semi-árido nordestino foi o tema de reunião entre o senador Alberto Silva (PMDB-PI) e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, na qual o parlamentar apresentou projeto de criação de associações de lavradores como forma de vencer as dificuldades econômicas impostas à região.

Cada associação teria 5 mil membros, que receberiam verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para viabilizar plantações de mamona e feijão. Além disso, parte do dinheiro seria reservada para investimento na própria organização. O projeto propõe a criação de 20 associações, a primeira delas no município de São Raimundo Nonato (PI). Segundo Alberto Silva, quando as 20 entidades estiverem em funcionamento, contarão com R\$ 1 milhão, a ser utilizado na compra de equipamentos e outros insumos.

– Essa é uma solução viável para o crescimento econômico do semi-árido, além de gerar cerca de cem mil empregos aos lavradores – afirmou o senador. Para Alberto Silva, o projeto recebeu apoio integral do ministro Ciro Gomes, que por meio dos órgãos técnicos competentes viabilizará a sua execução.

– O ministro teve sensibilidade para entender a concepção do projeto, por ser um homem de larga visão e altamente capaz e inteligente, além de ter sido governador de um estado nordestino – comentou.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SEGURANÇA

Pedro Simon propõe a contratação de recrutas

Projeto de lei apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) propõe a formação de equipes de policiais militares provisórios com recrutas dispensados das Forças Armadas para ajudar no combate ao crime no Brasil. Tais equipes, explicou o senador, já atuam no Rio Grande do Sul, por iniciativa do governo estadual.

– Muitas vezes, a solução para grandes problemas encontra-se em idéias simples e audaciosas – assinala Simon, apontando como uma das vantagens da proposta o maior aproveitamento do trabalho dos policiais efetivos, uma vez que os pequenos delitos estarão sob a responsabilidade dos policiais provisórios.

Pelo projeto, o contrato terá a duração de um ano, com possibilidade de renovação. Realizar serviços internos de apoio à Polícia Militar e cuidar da se-

gurança de eventos públicos, como *shows*, são duas das funções que podem ser exercidas pelos recrutas, após receberem treinamento específico, explica Pedro Simon. Sem a contratação dos recrutas, alerta ele, há "o risco de ver essa mão-de-obra ser utilizada pelo crime organizado e se voltar contra a sociedade".



VANTAGEM Para Simon, pequenos delitos podem ficar a cargo de policiais provisórios

Procurador deve ser intimado pessoalmente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para votar projeto de lei que trata da intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal, de autoria da Presidência da República e já aprovado pela Câmara dos Deputados. O projeto, único da pauta da comissão nesta semana, estende aos representantes judiciais a norma que determina a intimação pessoal desses servidores em processos nos quais as entidades que representam sejam parte.

A matéria recebeu parecer favorável, em forma de substitutivo, do relator, Pedro Simon (PMDB-RS). O senador acredita que o projeto trata "de ques-

tão fundamental para a defesa dos interesses dos estados e do Distrito Federal".

Para Simon, a imposição de que os representantes judiciais sejam pessoalmente intimados dos atos processuais recoloca a independência dos Poderes no seu devido patamar. O substitutivo do senador estabelece ainda que os procuradores federais também passem a ser intimados pessoalmente.

– Os procuradores federais atuam em nome dos interesses da União em todo o território nacional, envolvidos em milhares de demandas judiciais, não sendo justo que não se beneficiem da intimação pessoal para sua própria segurança funcional e do erário – observa Simon.

CPI ouve ministro do TCU sobre remessas ilegais

■ Adylson Motta vai explicar detalhes de seu relatório sobre auditoria a respeito de contas CC-5

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Adylson Motta presta depoimento hoje, a partir das 10h, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Mista do Banestado. Ele vai fornecer detalhes de seu relatório sobre o processo de auditoria efetuado por aquele tribunal tratando de operações financeiras por meio das contas do tipo CC-5 realizadas por agências bancárias localizadas em Foz do Iguaçu, no Paraná. As operações financeiras, que podem configurar evasão de divisas, ocorreram entre 1996 e 2002, período que está sendo investigado pela CPI.

De acordo com o relatório de auditoria, emitido em 1998 pelo TCU e que será explicado pelo ministro, o então diretor



INVESTIGAÇÃO Antero Paes de Barros preside a CPI mista que apura evasão de divisas

da Área Internacional do Banco Central, Gustavo Franco, deveria ser responsabilizado por irregularidades ocorridas nesses procedimentos, já que foi durante sua gestão no cargo, em 1996, que o BC autorizou o transporte de moeda brasileira por carros-fortes de Foz do Iguaçu para Ciudad del Este, no Paraguai, pela Ponte da Amizade.

Também praticaram esse tipo de operação na cidade

fronteiriça agências do Banco do Brasil, Banco Araucária, Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) e Banco Real. Pela circular autorizativa do BC, as agências dos cinco bancos poderiam receber depósitos e efetuar saques em reais, liberados aos correntistas para compras no Paraguai. Essa norma também permitia aos comerciantes mandar de volta os recursos ao Brasil para depósito naquelas agências bancárias.

Segundo já apurou a CPI, que é presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), as autoridades brasileiras não exerceram o controle e a fiscalização devida no trânsito desses valores, o que teria facilitado os desvios na remessa de recursos ao exterior. As chamadas contas CC-5 permitem que empresas com sede no exterior, firmas brasileiras e pessoas físicas transfiram dinheiro para fora do país usando o sistema bancário. Essas contas foram regulamentadas pelo Banco Central por meio da Carta Circular nº 5, daí o nome CC-5.

Parlamentares analisam propostas para a reforma da Previdência

A comissão especial da Câmara criada para analisar a reforma da Previdência apresenta amanhã seu relatório, elaborado pelo deputado José Pimentel (PT-CE). Os parlamentares vão discutir o assunto a partir das 16h.

O relatório que Pimentel vai apresentar será mostrado previamente, ainda hoje, a bancadas partidárias no auditório do Espaço Cultural da Câmara dos Deputados, em reunião marcada para as 10h.

Na reunião de amanhã, no Plenário da Câmara, o relator

deverá explicar sua posição sobre questões como a idade de aposentadoria, integralidade do salário e paridade entre ativos e inativos, tendo em vista a proposta original do Executivo. José Pimentel também deverá tratar de alternativas anunciadas na semana passada pelo próprio governo e por parlamentares que alteram a proposta original.

Comissão mista

Está prevista para hoje a instalação de um colegiado formado por senadores e deputados para examinar as alterações

propostas à reforma com o objetivo de adiantar a discussão do assunto nas duas Casas.

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou que esse mecanismo já existe institucionalmente em alguns parlamentos do mundo, como é o caso do Congresso norte-americano. No Brasil, ele lembrou a experiência, em andamento, da comissão mista que está analisando as propostas sobre armas de fogo, "com grande êxito". A idéia, observou, é tentar repetir esse bom resultado com a reforma da Previdência.



Waldemar Rodrigues

Mão Santa registra lançamento de livro de Álvaro Pacheco

O poeta piauiense Álvaro Pacheco foi homenageado ontem em Plenário pelo senador Mão Santa (PMDB-PI) – foto. O poeta lançou o livro *Vaso Etrusco* no último sábado, no Rio de Janeiro, com a presença do parlamentar.

– Foi uma festa piauiense no Rio de Janeiro – saudou Mão

Santa, que relembrou grandes nomes da literatura de seu estado, destacando a importância cultural e política do Piauí para o Brasil.

O senador defendeu o nome de Álvaro Pacheco para ocupar a vaga deixada pelo jurista piauiense Evandro Lins e Silva – falecido no fim de 2002 – na

Academia Brasileira de Letras.

Mão Santa enalteceu ainda o poeta Da Costa e Silva, também piauiense, que, por ser negro, teve seu nome vetado no Itamaraty pelo Barão do Rio Branco. Segundo o parlamentar, o filho do poeta, Alberto Costa e Silva, tornou-se diplomata para "vingar a memória" do pai.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também elogiou a obra de Álvaro Pacheco e lembrou o nome do falecido político piauiense Petrólio Portella. O presidente do Senado, José Sarney, solidarizou-se com Mão Santa por homenagear "um dos grandes poetas do Brasil".



Célio Azeredo

PREOCUPAÇÃO Valdir Raupp questiona planos de destinar recursos para América do Sul

BNDES deve investir no Brasil, diz Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a demanda nacional por investimento é grande o suficiente para que os recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sejam prioritariamente destinados às empresas brasileiras. Para o senador, são preocupantes os planos do governo de utilizar dinheiro do BNDES como instrumento de política externa, fazendo-o investir em empreendimentos de países da América do Sul e da África.

– Por mais meritórios que sejam os pensamentos de liderança e integração regional, precisamos, de cabeça fria, atentar para a realidade e para a hierarquia de nossas necessidades. O Brasil vem primeiro. Além disso, o país se imporá naturalmente, no cenário continental e internacional, se promover constantemente seu desenvolvimento econômico e social – assinalou o senador.

Créditos

Recentemente, de acordo com Raupp, soube-se que o BNDES iria injetar US\$ 400 milhões na Corporación Andina de Fomento, que tem como principais sócios Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Noticiou-se, ainda, que uma linha de crédito de US\$ 1 bilhão seria destinada à Argentina, a ser usada como garantia de intercâmbios comerciais com o Brasil.

Embora o BNDES trabalhe com um orçamento de linhas de crédito da ordem de R\$ 32 bilhões, seriam necessários R\$ 100 bilhões somente para expansão da indústria brasileira, apoio à infra-estrutura, estímulo às exportações e atenuação das disparidades regionais, conforme Raupp.

Lúcia Vânia quer medidas contra invasões de terras

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a denunciar as invasões de propriedades privadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), dessa vez em Pernambuco e no Paraná.

Lúcia Vânia pediu a transcrição nos Anais do Senado de duas reportagens publicadas nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*.



Rosevelt Pinheiro

Aumento do desemprego preocupa Reginaldo Duarte

Com base no artigo “Renda do trabalhador é a menor desde 1985”, publicado no *Jornal do Brasil* de 1º de julho, o senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE) alertou para as altas taxas de desemprego e a queda da renda do trabalhador paulista.

De acordo com a matéria, a renda dos trabalhadores é a menor em 18 anos.



Célio Azeredo

Garibaldi pede cobrança do ICMS na origem sobre petróleo e energia

Além de repartição justa de impostos, senador sugere construção de refinaria no Rio Grande do Norte

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que a discussão sobre a reforma tributária no Congresso representa a ocasião ideal para que se repare a grande injustiça que representa a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre petróleo e energia elétrica no destino, e não em sua origem, como ocorre com todos os demais produtos brasileiros.



Waldemar Rodrigues

CONQUISTA Projeto aprovado pelo Senado uniformiza imposto, diz Garibaldi

Ele lembrou que projeto de lei já aprovado no Senado Federal uniformiza a cobrança do ICMS na origem dos produtos, o que beneficiará os estados

produtores de petróleo e energia elétrica, como é o caso do Rio Grande do Norte.

Garibaldi apresentou, ainda, requerimento de informações à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, pedindo dados sobre produção de petróleo no Rio Grande do Norte, matriz de cálculo dos *royalties*, bem como o motivo da redução do montante pago ao estado nos últimos meses – de R\$ 21,9 milhões para R\$ 16,6 milhões.

– Não podemos continuar produzindo petróleo sem a devida compensação: repartição

justa dos impostos e construção de uma refinaria no Rio Grande do Norte. Não podemos aceitar o contínuo esbulho de nossos direitos – afirmou.

Apoio

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) se associou à luta pela repartição mais justa dos impostos relativos ao petróleo. Ele disse que há, desde a Constituinte, uma política de dois pesos e duas medidas em relação à cobrança de ICMS: sobre petróleo e energia elétrica no destino, e demais produtos na origem. A Bahia não sofre tanto porque, tendo uma refinaria, pode cobrar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre os derivados de petróleo, explicou.

Luiz Otávio defende apoio a estados exportadores

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) elogiou a atuação do governador de seu estado, Simão Jatene (PSDB), que tem participado das discussões promovidas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a reforma tributária. Segundo o senador, Jatene defende mudança nos critérios de divisão do fundo compensatório entre os estados, criado pela Lei Kandir para que as unidades exportadoras não fossem penalizadas pela queda na arrecadação.

Para o parlamentar, tais critérios se tornaram obsoletos e ineficazes, e oneram regiões

que exportam, como é o caso do Pará. Como exemplo, ele explicou que, desde que a Lei Kandir entrou em vigor, o estado deveria ter arrecadado R\$ 2,3 bilhões. Com as novas regras, ficou com um bilhão a menos.

– Nossa vocação exportadora, até então motivo de nosso maior orgulho, acabou se revelando um fardo, tendo em vista às novas regras a que tivemos que nos submeter – acrescentou o senador.

O governador Jatene considera importante a constitucionalização dos fundos compen-

satórios, desde que haja um ressarcimento maior aos estados exportadores. No último dia 30, o governo federal acenou com a intenção de constitucionalizar o fundo, sendo essa uma vitória da idéia defendida pelo governador do Pará, conforme Luiz Otávio.

– Ressarcir financeiramente os estados com vocação exportadora, como é o caso do Pará, significa investirmos de maneira inequívoca no aumen-



Roque de Sá

PREJUÍZO Queda na arrecadação tem penalizado o Pará, observa Luiz Otávio

to da competitividade do produto nacional – afirmou ele.



Jane de Araújo

RETROCESSO Azeredo cita pesquisa que aponta queda na produção industrial

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) comentou matéria do jornal *O Globo* que destaca queda na produção industrial e a retração do mercado interno em nove regiões brasileiras. A reportagem, intitulada “Indústria recua no Rio, SP

e Minas”, foi publicada em 18 de junho e se baseia em uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 12 regiões.

O resultado é inverso ao obtido em março, quando oito regiões ha-

viam crescido. A matéria lida pelo senador afirma que o crescimento foi positivo apenas em estados que produzem petróleo, fabricam máquinas e equipamentos agrícolas ou têm a produção voltada para exportações.

Jucá alerta para aumento dos casos de Aids

Apesar de reconhecer avanços no controle da infecção pelo vírus HIV, causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), o senador Romero Jucá (PMDB-RR) ainda considera preocupante o crescimento do número de casos registrados no país. Segundo o último Boletim Epidemiológico da Aids, divulgado pelo Ministério da Saúde, foram notificados 257.780 casos da doença entre 1980 e 2002.

O que preocupa, disse o senador, é que, em relação aos dados registrados até março de 2002, conforme o boletim anterior, houve um aumento de 8,5% no número de casos da doença. Mas a advertência feita por Jucá não se restringe à Aids. Conforme afirmou, as autoridades epidemiológicas precisam estar "atentas, vigilantes e alerta" para enfrentar as chamadas "novas doenças", como a pneumonia asiática.

Monitoramento

Em sintonia com recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), o Ministério da Saúde teria estruturado ações essenciais para o monitoramento do quadro epidemiológico nacional, de acordo com Jucá. O senador também considerou a edição do Boletim Epidemiológico da Aids "um importante instrumento para o planejamento de políticas de saúde, para a administração das ações e sua avaliação e eventuais correções de rumo".

Ao mesmo tempo que cobra maior atenção das autoridades no controle da Aids e das novas doenças, Romero Jucá reconhece o empenho no enfrentamento dessas moléstias, principalmente da Aids.

– Vemos o fortalecimento de instituições públicas e privadas, assim como a participação da sociedade civil e de instituições não-governamentais – atestou o senador.

Projeto facilita pagamento de salário-maternidade

Empregadas poderão receber benefício na empresa, que será posteriormente ressarcida pelo INSS

Em regime de urgência, dois projetos de lei da Câmara deverão ser votados hoje pelo Plenário: o que restabelece o pagamento, pelas empresas, do benefício do salário-maternidade devido às empregadas gestantes e o que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

A primeira proposição prevê que a empresa pagará o salário-maternidade, hoje pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sendo compensada por ocasião do recolhimento das contribuições incidentes sobre a folha de salários.

Ainda de acordo com o projeto, o INSS continuará responsável pelo pagamento do benefício devido à segurada adotante, "em razão da necessidade de melhor análise e controle da legalidade da pretensão", e à trabalhadora avulsas.

O segundo projeto institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças para garantir a identidade e a qualidade do material de multiplicação e de reprodução vegetal produzido, comercializado e utilizado em todo o território nacional. O sistema compreende atividades como registro, produção, certificação, análise, comercialização e utilização de sementes e mudas; registro de cultivares e fiscalização da sua produção, beneficiamento, armazenamento e transporte.

Agricultura orgânica

Amanhã, os senadores deverão votar projeto de lei da Câmara que institui medidas para definir a agricultura orgânica e



AGRICULTURA Plenário vota também proposta que institui normas para produção, multiplicação e venda de sementes e mudas

a industrialização de seus produtos, com o objetivo de garantir condições de igualdade entre os produtores e de assegurar a transparência dos processos de produção, processamento e comercialização.

Créditos

O Plenário deverá votar ainda, na sessão de amanhã, três projetos de resolução. O primeiro, de Eduardo Suplicy (PT-SP), autoriza o Banco do Nordeste a contratar crédito externo no valor de US\$ 150 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado a financiamento do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas.

nas e Médias Empresas.

O segundo projeto de resolução em pauta autoriza a contratação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 404,04 milhões, entre o Brasil e o Banco Mundial, no âmbito do Segundo Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público – Reforma Fiscal.

O terceiro retifica dispositivo da resolução relativa à operação de crédito externo, no valor de 30 bilhões e 820 milhões de ienes, equivalentes a até US\$ 268 milhões, entre o Brasil e o Japan Bank for International Cooperation, destinada a financiar o Projeto do Trem Metropolitano de Fortaleza.

Benefício seria pago pela empresa

O salário-maternidade é o benefício a que têm direito as mulheres empregadas ou trabalhadoras avulsas por ocasião do parto ou da adoção. Até 1999, o salário-maternidade era pago diretamente pelas empresas, que eram posteriormente ressarcidas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Com a aprovação de Lei nº 9.876, em 1999, o pagamento passou a ser feito diretamente pelo INSS. A mudança ocorreu após uma série de denúncias de corrupção na

concessão do benefício. O governo alega que agora, com a criação de novos mecanismos de fiscalização e controle, o pagamento pode voltar a ser feito pelos empregadores.

De modo geral, o benefício começa a ser pago a partir do oitavo mês de gravidez ou da data do parto. No caso de mães adotivas, ele é feito a partir da lavratura da data de nascimento da criança em certidão. As mulheres têm direito ao salário por 120 dias.



CRISE Falta de reajuste nas tabelas pode levar a fechamento de clínicas, alerta Papaléo

Hemodiálise no SUS pode parar, diz Papaléo

Centros e clínicas de hemodiálise conveniados ao Sistema Único de Saúde (SUS) estão enfrentando graves problemas financeiros e ameaçam fechar as portas, deixando 55 mil pacientes em todo o país sem atendimento, alertou o senador Papaléo Paes (PMDB-AP). O senador, que é médico, informou que a dívida de tais centros, com a aquisição de equipamentos e o salário dos médicos, "só aumenta". De acordo com o parlamentar, "o nefrologista precisa recorrer a bancos, financeiras e até a agiotas para financiar sua clínica".

Papaléo informou que os centros investiram confiantes na promessa do Ministério da Saúde "da recomposição de custos com todo o sistema", o que não ocorreu. Pequenas e médias clínicas, responsáveis pela maioria dos atendimentos, estão descapitalizadas, segundo ele. No que diz respeito aos salários, o governo reajustou consultas médicas de outros setores, deixando o valor pago ao nefrologista que atende pelo SUS "congelado num valor próximo de R\$ 6".

– O Ministério da Saúde insiste em alegar a escassez de recursos, que não faltaram para outras áreas da saúde. Os pacientes renais crônicos e renais agudos, não encontrando a hemodiálise, com certeza encontrarão a morte – concluiu.

Valmir Amaral espera queda no preço de remédio

O senador Valmir Amaral (PMDB-DF) manifestou sua satisfação ao falar sobre a intenção do governo de reduzir a carga tributária de medicamentos. Segundo ele, esse alívio nos impostos levará ao barateamento dos remédios, o que dá nova esperança para o povo brasileiro, principalmente para a população mais carente.

Conforme o senador, o plano consiste em expandir a lista de remédios isentos da co-

brança do PIS e da Cofins. Há dois anos, quando o antibiótico Bactrin e o tranquilizante Lexotan foram isentos, seus preços no mercado sofreram uma redução de 10%. Agora, espera o senador, essa isenção deve beneficiar medicamentos muito usados, como Aspirina, Tylenol e Arcoxia.

Valmir Amaral observou que, segundo o ministro da Saúde, Humberto Costa, há uma grande probabilidade de o governo vir a

acentuar a redução da carga tributária dos medicamentos, por meio do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje, as alíquotas de ICMS dos estados para medicamentos variam de 12% a 19%, afirma.

O senador espera que as indústrias farmacêuticas repassem aos consumidores os benefícios com a redução da carga tributária, assim como acha que o PT acerta em estimular a criação de farmácias populares.



Célio Azevedo

Augusto elogia o trabalho dos bombeiros



Célio Azevedo

Bombeiros dão lição de respeito à vida, diz Augusto

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) parabenizou o Corpo de Bombeiros pelos seus 147 anos de existência, comemorados no último dia 2. Para o senador, a instituição é motivo

de orgulho e respeito pela população brasileira. Além disso, os bombeiros, "pela sua conduta, nos transmitem os princípios do respeito pela vida humana, da solidariedade entre os indivíduos e os diversos povos do planeta", frisou.

O Corpo de Bombeiros foi criado em 1856 pelo imperador D. Pedro II. Entre suas atividades, destacou Botelho, estão o controle e a minimização de inundações, incêndios, terremotos, furacões e outros desastres da natureza. Além disso, os bombeiros estão presentes na prevenção e combate aos acidentes residenciais, colisões de veículos, desastres aéreos, salvamentos nas praias e na defesa ambiental.

Pavan faz homenagem a cidades de SC

Duas cidades turísticas de Santa Catarina foram homenageadas pelo senador Leonel Pavan (PSDB-SC): Itajaí, que completou 143 anos de história em julho, e Botuverá, que comemora seu 41º aniversário. Pavan contou fatos históricos dos municípios, mas se deteve na descrição dos pontos turísticos.

As praias, disse o senador, são o cartão postal de Itajaí, que revela na culinária e no artesanato herança açoriana. Em outubro, o destaque fica para a Festa Portuguesa e do Pescado, realizada durante 15 dias no município. Botuverá, segundo o senador, destaca-se pela agricultura e o turismo ecológico, oferecendo passeios em montanhas e cavernas.

Pavan também comentou o artigo "Classe média em retirada", publicado em 7 de julho pelo jornal *Zero Hora*, informando que o desemprego e a desvalorização salarial atingem mais fortemente a classe média.



José Cruz

ESTÍMULO Comissão vai analisar projeto que obriga o governo a abrir linhas de crédito para as editoras

Educação vota hoje projeto que amplia acesso à leitura

Senadores examinam proposta de José Sarney que cria a Política Nacional do Livro

A Comissão de Educação (CE) vota hoje projeto de lei de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui a Política Nacional do Livro. Entre as inovações está a que obriga o governo a abrir linhas de crédito específicas para editoras e distribuidoras. A reunião está marcada para as 10h.

O projeto também obriga a União, os estados e os municípios a inserirem, anualmente, créditos nos respectivos orçamentos destinados à manutenção de bibliotecas e aquisição de livros, e abre espaço para

que o poder público amplie os programas de acesso ao livro e incentivo à leitura, principalmente nas escolas, por meio de parcerias entre o governo e a iniciativa privada.

Sarney espera que, com a aprovação do projeto – que tem parecer favorável do senador José Jorge (PFL-PE) – haja uma significativa elevação do consumo de livros. O senador disse ainda que o projeto deverá tornar o parque editorial brasileiro mais competitivo, capaz de disputar mercados no exterior.

– Não há como vislumbrar a superação dos graves problemas de desigualdade social que afligem a população sem corretas e eficazes normas de revisão do processo de leitura, da implantação e da consolidação do hábito de ler, e do necessário estímulo à edição, distribui-

ção e consumo do livro – afirmou o senador na justificativa da proposta.

Na mesma reunião, a CE, presidida por Osmar Dias (PDT-PR), examina também projeto do então senador Freitas Neto que trata sobre a utilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio.

O projeto, que tramita em conjunto com o do senador José Sarney, prevê o fornecimento, no ato da matrícula, da lista de material a ser utilizada pelo aluno durante todo o ano letivo, bem como dos livros didáticos a serem adotados pelo prazo mínimo de três anos. O relator da matéria, senador José Jorge, é contra sua aprovação.

Também constam na pauta 101 projetos de concessões e permissões para emissoras de rádio e TV.

Jucá aplaude livro do ex-ministro Hélio Beltrão

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) aplaudiu a iniciativa da Editora da Universidade de Brasília (UnB) – uma das principais editoras universitárias do país – de lançar a terceira edição do livro *Descentralização & Liberdade*, que reúne artigos e conferências do ex-ministro Hélio Beltrão, falecido em 1997.

– Para todos aqueles que verdadeiramente se preocupam e se ocupam com as questões relativas à cidadania, é uma enorme satisfação percorrer as pá-

ginas de um texto claro e objetivo, marcado pela intransigência de uma lógica cívica implacável, com dados, exemplos e encaminhamento de soluções – afirmou o senador.

Jucá lembrou que, no final da década de 70, Hélio Beltrão assumiu o Ministério Extraordinário para a Desburocratização, "quando concebeu e deu início à sua obra maior, um revolucionário programa de simplificação e eliminação da burocracia que se impunha aos cidadãos e às empresas".

Em pouco tempo, continuou o senador de Roraima, o Programa Nacional de Desburocratização fortaleceu a Federação e os municípios, estimulando a desconcentração do poder, e propiciou a supressão de mais de 600 milhões de documentos, exigências e formalidade por ano. De acordo com Jucá, o livro *Descentralização & Liberdade* merece atenção e análise, já que o grande desafio de desburocratizar o Brasil ainda está posto para as gerações atuais.

Eduardo exalta pescadores e caminhoneiros

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) comemorou, durante discurso no Plenário, os dias do Pescador e do Caminhoneiro, celebrados respectivamente em 29 e 30 de junho. Segundo o senador tocantinense, o Dia do Pescador é comemorado no Dia de São Pedro, apóstolo de Jesus Cristo e também ele um pescador.

– Longe de ser confundido com aquele profissional que apenas se esmera em contar "causos", o pescador ocupa lugar de destaque na história da Humanidade, representando aquele trabalhador que intrepidamente avança sobre as águas para a conquista de sustento para si e para os seus – assinalou Eduardo Siqueira Campos.

O senador lamentou que a pesca esportiva feita por pessoas sem licença e "sem consciência ambiental" tem atentado contra a pesca ecologicamente equilibrada. O parlamentar de Tocantins defendeu a adoção de melhores e maiores sistemas de controle e vigilância que garantam a sobrevivência dos peixes e dos pescadores artesanais.

Eduardo Siqueira Campos revelou, no discurso, que concorda com as declarações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em favor da pesca como alavanca do turismo brasileiro, além de manifestar sua indignação ao saber que o Brasil, com 8 mil quilômetros de costa marítima, produz menos pescado que o Peru.

Quanto ao Dia do Caminhoneiro, o senador lembrou a importância dessa categoria profissional para a economia brasileira.

– A saudação se dirige àqueles que arriscam a vida em nossas estradas, em troca da vigilância que exercem sobre as mercadorias que transportam. Todavia, em que pese a aura heróica e prazerosa que parece rondar os caminhoneiros, tratam-se de motoristas profissionais, que enfrentam cotidianamente condições precárias de trabalho. Como se sabe, más condições de sinalização e do pavimento nas rodovias, insegurança generalizada e problemas na saúde do caminhoneiro constituem pontos cruciais na deterioração do exercício da profissão.

SC construirá basílica para Madre Paulina

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) registrou ontem os 61 anos da morte de Santa Paulina, no último domingo. Para ele, trata-se de "uma data de grande importância para a religiosidade e fé do povo brasileiro e para o turismo religioso".

O parlamentar informou que a data atraiu milhares de fiéis e peregrinos para a pequena comunidade de Vígolo (fundada pela família da santa), no município de Nova Trento (SC), onde será erguida uma basílica com capacidade para abrigar 6,5 mil pessoas. Acrescentou que mais de 5 mil pessoas participaram da missa comemorativa da data. Destacou ainda a inauguração, na comunidade de Bom Sucesso (Iomerê, SC), do santuário Gruta dos Quatro Pedidos.

Amábilis Lúcia Visintainer, nascida em 1865 em Vígolo Vattarro (Itália), veio para o Brasil aos dez anos de idade e foi a fundadora, em 1890, da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição. Depois, assumiu o nome de Paulina do Coração Agonizante de Jesus, com que foi canonizada em 2002.

– É a realização de um sonho de muitos anos da comunidade e, principalmente, das irmãs da congregação fundada por Santa Paulina – afirmou Pavan.



Pavan: morte de Santa Paulina fez 61 anos

Senador propõe que governo federal defina rapidamente que modelo adotará para os investimentos

O senador César Borges (PFL-BA) conclamou ontem o governo Lula da Silva a tomar decisões rápidas em relação à política energética. Para ele, não haverá retomada do crescimento se não houver investimentos da ordem de R\$ 13,8 bilhões por ano, em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

– A indefinição sobre o modelo a ser seguido – se com in-

vestimentos públicos, privados ou parcerias entre os dois setores – está trazendo insegurança a todos os agentes, especialmente diante do discurso do governo sobre intenção de modificar regras relativas às agências reguladoras de petróleo, energia elétrica e outras – argumentou.

César Borges frisou que a sociedade brasileira exige decisões rápidas e coesas sobre os temas econômicos, que devem resultar na retomada do crescimento econômico e na geração dos empregos prometidos durante a campanha eleitoral.

Para o senador, o governo Lula, "sem cerimônia, mudou seu discurso" depois que che-



Fotos: Waldemir Rodrigues

PREOCUPANTE César Borges disse que obras de hidrelétricas estão todas atrasadas

gou ao poder. Após criticar duramente o seguro-apagão adotado pelo antecessor para com-

bater a escassez energética, agora já admite transformar o imposto em permanente.

Segundo Borges, o dado mais preocupante foi uma notícia do jornal *Estado de S. Paulo*, mostrando que as obras de 25 usinas hidrelétricas licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estão com o cronograma atrasado. Outras 30 sequer foram iniciadas, por falta de licenças ambientais que demoram, em média, um ano para serem emitidas.

César Borges destacou que uma usina hidrelétrica leva cerca de quatro anos para ser construída, portanto, sem investimentos maciços e urgentes, não haverá energia elétrica.

Ana Júlia quer reação contra aumentos

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu ontem uma reação em cadeia da sociedade contra os aumentos das tarifas de energia elétrica, semelhante à que motivou a decisão do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves, de limitar os reajustes das companhias telefônicas em 14,34%.

– É um novo fantasma que ronda o bolso do contribuinte, os percentuais irreais que as companhias distribuidoras de energia elétrica querem impor ao consumidor, reajustes absurdos, principalmente depois que o vergonhoso "apagão" de 2001 criou novos hábitos – disse a senadora.

Ana Júlia classificou de "desastrosa" a política energética

do governo Fernando Henrique Cardoso.

– Até mesmo a Light, apontada como "eficiente", já foi à bancarrota e até ameaça devolver a concessão da distribuição de energia elétrica à Agência Nacional de Energia Elétrica, a agência reguladora – disse.

A senadora citou ainda o exemplo do Pará, onde, desde a privatização, em julho de 1998, até agosto de 2002, a concessionária Celpa (Centrais Elétricas do Pará) obteve aumento acumulado de 70%, corrigido pelo IGPM, contra um aumento da massa salarial de 40% e inflação média de 42%.

– O governo estadual elevou em 30% a alíquota do ICMS cobrado sobre a energia, o que representa um aumento total



CRÍTICA Ana Júlia revelou que energia subiu 70% no Pará, mas inflação foi de 42%

de 87% no custo da energia consumida em um estado com 400 mil desempregados e em que metade da população ganha menos do que dois salários mínimos – concluiu.

Rádios e TVs legislativas elegem diretoria

O novo presidente da Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral), eleito no último fim de semana, Rodrigo Lucena, gerente-geral de TV e Rádio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, visitou ontem as rádios e TVs da Câmara e do Senado, acompanhado de outros membros da entidade. Eles agendaram visita ao Ministério das Comunicações.

– Queremos lutar pela melhor regulamentação do funcionamento das rádios e TVs legislativas – disse.

Participaram da eleição da diretoria representantes de 11 instituições do Legislativo. No total, a associação representa 17 instituições.

Iris denuncia abandono de memorial indígena

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) denunciou ontem que o Monumento às Nações Indígenas, um conjunto de 500 totens do artista plástico goiano Siron Franco, está completamente abandonado e sendo destruído pela ação de vândalos, sem que nenhum órgão público tome providências.

– O monumento vem servindo de abrigo para marginais que utilizam o local para o consumo de drogas e a prática de outros atos ilícitos na calada da noite, agindo livremente, quase sempre sem serem incomodados pelas forças policiais.

O monumento fica no Setor Buriti Sereno, na cidade de Aparecida de Goiânia. A senadora informou que soube da situação da obra de Siron Franco pela leitura do jornal *Diário da Manhã*, de Goiânia, e foi ao local confirmar o que lera na reportagem.

– O que vi foram exatamente os escombros de uma terra arrasada, como se ali não houvesse um dia uma bela e esplendorosa manifestação de um artista que ousou homenagear os também esquecidos e abandonados povos indígenas de um país que não valoriza as



DESTRUIÇÃO Totens criados pelo artista Siron Franco estão sendo roubados, alerta Iris

suas raízes e a essência de sua formação – disse a senadora.

O Monumento às Nações Indígenas foi inaugurado em 1992 e suas peças estão sendo também roubadas para a venda.

Mozarildo sugere índio na presidência da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao presidente Lula da Silva que seja o primeiro governante a nomear um indígena para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ele disse ter lido nos jornais de ontem que o atual presidente da entidade, Eduardo Almeida, seria demitido "em poucas horas".

Em 35 anos, a instituição já teve 27 presidentes, uma descontinuidade administrativa que não beneficia os índios, afirmou Mozarildo, para quem o órgão "tem sido sistematicamente corroído e diminuído



AVANÇO Mozarildo afirma que Lula tem chance de fazer nomeação inédita no órgão

em seus orçamentos" para que ONGs assumam seu lugar.

– Ninguém melhor que um índio para defender os problemas dos índios – defendeu.

Arthur Virgílio lamenta política externa "errática"

As recentes declarações do presidente Lula da Silva na reunião da Governança Progressista, realizada em Londres, foram condenadas ontem pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Segundo o senador, Lula fez "críticas duras e ingênuas" aos Estados Unidos e "deveria realmente parar com os improvisos", referindo-se a debate ocorrido no encontro sobre o papel dos Estados Unidos no cenário mundial.

Virgílio lembrou a política externa "errática" do governo Lula, que criou o Grupo de Amigos da Venezuela, "depois abandonado", e o episódio em que o assessor internacional do presidente ofereceu asilo político a Saddam Hussein.

O senador acrescentou que o presidente deveria "tomar cuidado" para não isolar politicamente o país.

— O Brasil não é uma potência militar ofensiva, tem um peso

médio na cena internacional, que pode diminuir se perceberem falta de solidez — frisou.

Virgílio também disse que, no caso de Lula estar respondendo às críticas feitas pelo presidente da Argentina, Néstor Kirchner, e pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, não deveria dar respostas a ninguém. O senador observou que não sabia se Lula estava respondendo às críticas ou se estava jogando "para uma platéia mais à esquerda que irremediavelmente se afasta dele".

Ele comentou declarações do embaixador em Cuba, Tilden Santiago, defendendo os fuzilamentos ordenados por Fidel Castro e a adoção desse tipo de eliminação de opositores no Brasil.

— Não tenho medo de ser fuzilado. Tenho medo do ridículo que pode cobrir o Brasil com essas declarações.



Virgílio teme que o país fique isolado politicamente

Roosevelt Pinheiro

Hélio Costa: viagem à Europa já rende frutos

Ao rebater críticas do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a declarações feitas pelo presidente Lula da Silva em sua viagem a Londres para o encontro da Governança Progressista, o vice-líder do governo no Congresso, Hélio Costa (PMDB-MG), ressalta que já surgiu o primeiro resultado positivo da visita: Tony Blair anunciou o apoio do governo britânico à pretensão brasileira de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

Em relação às afirmações de Lula de que o governo norte-americano "pensa primeiro nele, segundo nele, terceiro nele", Hélio Costa disse que concorda plenamente com o presidente.

— Passei 30 anos de minha existência vivendo entre Brasil e Estados Unidos e constatei exatamente isso. Eles pensam somente em seus interesses. Não querem debater política,

porque só pensam em negócios e lucros — assinalou.

O vice-líder reiterou seu otimismo em relação ao governo Lula, que já conseguiu reverter a grave crise em que se encontra

o país: o risco Brasil despencou de 2.400 pontos para 800, o dólar baixou de R\$ 3,90 para menos de R\$ 3, as reservas internacionais ganharam mais US\$ 9 bilhões e as exportações não param de subir, chegando a US\$ 10 bilhões de superávit em seis meses.

Cuba

Sobre Cuba e a declaração do embaixador brasileiro naquele país, Tilden Santiago, favorável ao fuzilamento de opositores ao regime, o senador Hélio Costa reafirmou a posição do governo brasileiro de condenar a decisão do governo cubano de assassinar três dissidentes e encarcerar dezenas.



Hélio Costa fez a defesa do governo Lula

Waldemar Rodrigues

Paim elogia Lula por manter acordo do mínimo

Senador parabeniza presidente pela sanção de lei com as mudanças acertadas pelos partidos

O senador Paulo Paim (PT-RS) parabenizou ontem o presidente Lula da Silva por ter mantido o acordo aprovado em Plenário e sancionado sem vetos a Lei nº 10.699/03, que aumentou o salário mínimo de R\$ 200 para R\$ 240. Foram mantidos os artigos que alteram a Lei nº 8.213/91; o que unifica a data-base dos aposentados e pensionistas na mesma data do reajuste do salário mínimo; e o que antecipa os pagamentos — que podiam ser feitos até o 18º dia útil — para, no máximo, o quinto dia útil do mês subsequente.

O senador comunicou que a Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública, por ele coordenada, também elogiou o presidente pela decisão. Paulo Paim afirmou sentir orgulho de ter participado da negociação pela aprovação da lei, dentro e fora do Congresso Nacional.



TERCEIRA IDADE Paim destacou pesquisa de A Voz do Cidadão sobre a legislação para idosos

Paim cumprimentou a Secretaria de Comunicação do Senado Federal pela pesquisa feita pelo serviço telefônico A Voz do Cidadão (0800612211), segundo a qual 76% da população do país considera inadequada a legislação brasileira sobre o idoso. Isso demonstra, segundo ele, que os parlamentares agem corretamente ao trabalhar pela aprovação, o mais rapidamente possível, do Estatuto do Idoso, de sua autoria, que beneficiará 30 milhões de idosos nesta década. Após votada pela Câmara dos Deputados, a proposta virá para o Senado.

Waldemar Rodrigues

Pontes

O senador comunicou ter enviado ao presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, uma solicitação para que se vote o Acordo entre o Brasil e a Argentina para Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai. O acordo, assinado em Florianópolis em 2000, prevê a construção de pontes entre Itaqui e Alvear, Porto Mauá e Alba Posse e Porto Xavier e San Xavier, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul.

Segundo o parlamentar, o acordo trará maior integração e aprofundamento do relacionamento bilateral. Além disso, acrescentou Paulo Paim, contribuirá para a retomada do crescimento das economias dos dois países, "indispensável para a geração de empregos".

Em aparte, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) destacou a necessidade de se realizar concursos públicos nos bancos federais, para melhor atender aos idosos. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que Paim tem de continuar a defender um salário mínimo equivalente a US\$ 100.

Eduardo pede firmeza do governo nas reformas



Eduardo: estados ficam no prejuízo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem a maneira como o governo vem conduzindo as negociações em relação às reformas da Previdência e tributária. Segundo ele, os governadores são chamados a contribuir e a carregar o peso na hora do prejuízo (reforma da Previdência), mas na hora de repartir os recursos (reforma tributária) da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), "os estados estão fora". Para o senador, é preciso que o presidente Lula da Silva seja firme e insista na manutenção da proposta original para a reforma da Previdência.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse que já percebe disposição do governo para redistribuir os recursos arrecadados pela Cide.

Pavan defende FHC das críticas de Graziano

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) defendeu ontem o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso das críticas feitas pelo ministro de Segurança Alimentar, José Graziano, responsável pelo programa Fome Zero, segundo o qual o ex-presidente nada fez para acabar com a fome no país.

— Fernando Henrique, por tudo que fez em todas as áreas, tem o direito de não só mostrar o rumo como também de fazer duras críticas a programas demagógicos ou que ainda não saíram do papel. Dizer que Fernando Henrique não fez nada é uma ofensa a todos os partidos que apoiaram o seu governo por oito anos e hoje estão na base de sustentação do atual governo — afirmou.

Ele listou uma série de programas do governo anterior que teriam beneficiado alguns milhões de brasileiros, enquanto o programa Fome Zero está "patinando" há seis meses.

— Para eliminar a fome, é preciso gerar trabalho, fortalecer as micro e pequenas empresas, diminuir a carga tributária, melhorar as rodovias, a segurança pública e o saneamento básico — disse Pavan.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Mão Santa e Leonel Pavan